



Anais da Assembleia

Nº 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 155ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1975

TERÇA — FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Fabiano Braga Côrtes.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Do-mício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Naci, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bas-tos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Ernesto Dal'Oglio. (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Francisco Escorsin, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nos-sos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO, procede à leitura da ata da sessão ante-rior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO, procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM Nº 49/75 Curitiba, 28 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para os fins cons-titucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebra-dos pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Adminis-tração, com os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Ribeirão do Pinhal	23/07/75
Ribeirão do Pinhal	23/07/75
Engenheiro Beltrão	29/07/75
Japira	24/07/75
Japira	23/07/75
Mal. Cândido Rondon	28/07/75
Mal. Cândido Rondon	28/07/75
Mal. Cândido Rondon	28/07/75
Mal. Cândido Rondon	28/07/75
Mal. Cândido Rondon	28/07/75
Santo Antonio do Paraíso	23/07/75
Abatiá	22/07/75
São Jorge do Ivaí	28/07/75
Tomazina	23/07/75
Tomazina	23/07/75
Tomazina	23/07/75

Tomazina	23/07/75
Tomazina	23/07/75
Kaloré	28/07/75
Iguaraçu	11/07/75
Iguaraçu	11/07/75
Marilândia do Sul	28/07/75
Pinhalão	23/07/75
Jandaia do Sul1	28/07/75
Jandaia do Sul	28/07/75
Floraí	11/07/75
Cruzeiro do Oeste	10/07/75
Castro	03/07/75
Terra Roxa	28/07/75
São Sebastião da Amoreira	10/07/75
Carlópolis	24/07/75
Carlópolis	24/07/75
Rolândia	11/07/75
Rolândia	11/07/75
Congonhinhas	22/07/75
Congonhinhas	22/07/75
Congonhinhas	22/07/75

O interesse público na aprovação das medidas ora subme-tidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada dessa Co-lenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprova-ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

MENSAGEM Nº 50/75 Curitiba, 28 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-titucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio cele-brado em 21 de julho de 1975, entre o Governo do Estado do Pa-raná, através da Secretaria dos Transportes e Prefeitura Municí-pal de Paranaíba, objetivando a construção do aeroporto do refe-rido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submeti-da a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Co-lenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

OFÍCIOS:

Of. 195/75 Curitiba, 04 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 80/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Cons-tituição Estadual, vetei o Projeto de Lei 07/75, por julgá-lo con-trário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante ex-postos.

2. Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a in-cluir no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter

prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Palmeira a de Ponta Grossa.

3. O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame é decorrência de pronunciamentos expedidos pelo setor competente da Secretaria de Estado dos Transportes, os quais esclarecem que o trecho de estrada Palmeira-Ponta Grossa, conforme estudos técnico-econômico efetuados, apresentou prioridade de pavimentação para após 1978 e, por essa razão, não foi incluído no Plano de Obras Rodoviárias do Estado para o período 1975 a 1978.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Of. 196/75

Curitiba, 4 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 79/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei 121/74, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a asfaltar a estrada que liga o Município de Palmeira a Ponta Grossa.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência pela iniciativa de Leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

O não acolhimento do Projeto decorre ainda, de informação prestado pela Secretaria dos Transportes, considerando inoportuna a medida, eis que as obrigações assumidas já pelo Órgão Rodoviário da referida Secretaria não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros. Não obstante, a referida Secretaria de Estado esclarece já terem sido realizados estudos técnico-econômicos, os quais apresentaram para a estrada em questão, prioridade de pavimentação para após o período do Plano de Obras Rodoviárias - 1975/1978.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa., os meus protestos de elevada estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

REQUERIMENTOS.

- de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 78/75

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado cópia autêntica, do expediente anexo, aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Secretário de Justiça.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 122/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Ação Comunitária Frederico Ozanam de S. Vicente de Paula", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES.

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade que com este plano de lei pretendemos declarar de utilidade pública, atende todos os requisitos exigidos pela lei pertinente e presta relevantes serviços, gratuitamente à comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 123/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 2º, da Lei nº 5.972, de 24 de julho de 1969, mantido os seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2º — Caberá à Secretaria de Estado da Agricultura, a execução e fiscalização no combate à febre aftosa, cabendo aos demais órgãos estaduais pretarem integral apoio quando solicitados.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975.

a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Em que pese o bom aproveitamento da Campanha de Combate à Febre Aftosa-CAFAP, instituída no Paraná pela Lei Estadual n. 5972, de 24 de julho de 1969, algumas medidas ainda podem ser tomadas para se conseguir maior eficiência reunião de esforços. Escapou ao legislador estadual a preocupação de ativar todos os recursos de que o Paraná possui, para combater o terrível mal da febre aftosa. Assim é que o campo de ação mobilizou apenas as forças da Secretaria da Agricultura, através de seus órgãos especializados, quando na verdade, para um melhor aproveitamento, economia e maior eficiência, outros setores do governo estadual devem ser mobilizados diretamente nesta campanha. A simples mudança da redação ao art. 2º, da lei em tela, permitirá, sem impecilhos legais, sejam ativados outros setores, que por não disporem de autorização legal, ainda permanecem inativos. Como exemplos, basta citar que o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária, em seus Artigos 34 e 35 § primeiro (Decreto 52.344, de 09/08/63), está previsto a delegação de poderes do Ministério da Agricultura, para os funcionários dos estados, a fim de fiscalizarem o trânsito de animais pelo território nacional. Ora a CAFAP e a Secretaria da Agricultura no Paraná, não dispõem de pessoal eficiente para efetuarem uma fiscalização como se torna necessário no trânsito de animais. Assim, autorizada em lei a fiscalização poderá ser efetuada pelos próprios fiscais da Fazenda do Estado, com economia para os cofres públicos, sem aumento de pessoal e o que é importante, assegurando a execução do combate a febre aftosa.

Por outro lado, a formação do homem do campo, cultural, arrêdio aos avanços científicos sem consciência de que só uma campanha intensiva e sem fracionamento poderá conseguir a erradicação do mal, bem como os exemplos históricos (como o ca-

so dos Estados Unidos da América, que levaram 25 anos para controlar a doença, em que pese, se utilizar, aquela nação, do sacrifício dos animais contaminados, suportando o Governo o ônus destas indenizações), nos fazem pensar de que teremos um ponderável número de anos para conseguir-se a erradicação da febre aftosa no Brasil. Assim é que surge a necessidade de conscientização da população. Esta conscientização deve abranger principalmente a criança e aproveitando-se a fase de sua educação e ainda por meios que não se onere o Estado. Aprovado o presente projeto e convertido em lei, estará a Secretaria de Educação autorizada, a exemplo do que se faz na Bahia, a distribuir material escolar e autorizar a introdução no currículo escolar de temas com motivações da campanha. Os meios promocionais do próprio governo do Estado, estarão autorizados a incrementar a conscientização desta campanha, utilizando-se dos modernos meios de publicidade, em especial a Televisão que hoje cobre o Estado inteiro. Ainda como exemplos podemos citar, que a Secretaria da Fazenda, poderia nas notas fiscais inserir, frases de motivação a conscientização desta campanha.)

O SR. PRESIDENTE — Esta Mesa solicita que o Sr. Muggiati Filho assuma a Presidência para que possamos fazer uso da tribuna.

(Assume a presidência o Sr. Deputado Muggiati Filho).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Fidelelino Tolentino, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No pequeno Expediente de ontem, S. Exa. o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, referiu-se e refletiu algumas considerações que nós viemos fazer aqui desta tribuna, relativamente a problemas ligados ao exercício ou a trabalhos na construção da Usina Hidrelétrica Itaipu. Teria o parlamentar aludido que o nosso pronunciamento feito daqui desta tribuna há poucos dias, acusava a empresa bi-nacional de Itaipu de cometer arbitrariedades no caso do fechamento da estrada que liga Foz do Iguaçu ao Porto Guaira. Todavia, não viemos aqui para fazer defesa, porque não há defesa a se fazer.

Entretanto, queremos reafirmar que atos atribulatórios estão sendo cometidos em nome do progresso. Referimo-nos à nossa posição e trazemos mais, provas de que existe, não sei se da empresa bi-nacional ou da direção da bi-nacional. Fizemos referência aqui, que em nome do progresso, estão se cometendo arbitrariedades e essa arbitrariedade segue-se principalmente aos abusos de autoridade que ali se cometem a cada instante, principalmente aqueles atinentes ao direito de propriedade, à liberdade de locomoção e a outros ligados com esta área. Realmente, temos recebido reclamações constantes de que empresas ou organismos públicos estão invadindo área de direito privado que não tem ainda qualquer autorização legal, ou não, teria qualquer autorização legal para isso. Evidentemente, ao acusarmos arbitrariedade com a construção de uma cerca de 5 fios de arame, impedindo o tráfego na rodovia que liga Foz do Iguaçu a Guaira, fizemos como testemunha um outro Deputado, Sr. Gabriel Sampaio, que para aquele local se deslocou na oportunidade. Refiro-me à minha posição e peço às autoridades, naturalmente dentro das condições legais, que modifiquem o sistema de tratamento ao povo.

É sabido que o Paraná já vem perdendo todos os dias com atitudes de omissão das autoridades competentes em vários setores da administração pública do Estado.

Haja vista o que se passa e se passou com a TELEPAR e outras áreas de atuação do Governo e agora com a Usina Itaipu. O Deputado Luiz Alberto Oliveria, refere-se a que não seria a empresa bi-nacional que estaria cometendo arbitrariedades e menciona, pelas notas taquígrafas, que foi aquela estrada "interditada" pelo DER. O caso se agrava ainda mais porque o DER, desatento dos problemas que causou fechando a estrada, haverá de apreciar o prejuízo, o cerceamento da liberdade de locomoção

que causou aos proprietários, posseiros e homens que trabalham ali, com a única preocupação de plantar, colher e vender seu produto.

Além disto esta cerca está inibindo a locomoção de crianças que se deslocam para a escola.

O que fizemos não foi acusação. Pedimos uma medida acautelatória dos interesses da população, porque o progresso em nada se justifica quando cria problemas para o povo que deve usufruir.

Não conhecemos nenhum ato público que venha a indenizar aquelas áreas que foram invadidas. Porisso entendemos que está havendo abuso de direito e invasão de propriedade o que, na verdade, não deveria existir. O que se deve procurar é o respeito mútuo entre o Estado, como organismo jurídico político e o cidadão que nele vive e para ele contribui no sentido de progresso, de tal maneira que o raciocínio deve ser levado a ponto de ser o homem que move o Estado e não o Estado que atrapalha a locomoção do homem.

Sr. Presidente, aproveitamos a oportunidade para encaminhar à mesa o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, respeitosamente requer a V. Exa. se digne, após ouvido o ouvido plenário desta Casa, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Dr. RENATO ANTONIO JOHNSON, DD. Presidente da Companhia de Telecomunicação do Paraná TELEPAR, no sentido de encarecer-lhe seja instalado um Posto Telefônico no Distrito de PALMITÓPOLIS, município de Nova Aurora, progressista comuna do Oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Palmitópolis é um distrito totalmente dedicado à agricultura minifundiária, e é o único núcleo judiciariamente assim considerado dentro daquele município.

Pela configuração geográfica, está intimamente ligado aos fatores geo-econômicos de Cafelândia (município de Cascavel), com o qual é confinante.

Exatamente no perímetro urbano de Palmitópolis, está cravada a torre de microondas da TELEPAR, p que se deduz haver real possibilidade de atendimento daquele distrito através de um posto telefônico ou uma linha pela qual se possa ter comunicação com a seda e com outras localidades.

Ademais, somente na cidade a população é superior a mil pessoas e a rural é ainda muito maior, o que justifica a medida solicitada".

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente Srs. Deputados.

Há poucos dias, representando nosso município, nossa comarca, fizemos, desta tribuna, denúncias com referência às perseguições porque tem passado a comarca e Goioerê. E essas denúncias referiam-se ao desmembramento de nossa comarca e que, dizíamos na oportunidade, envolviam interesses pessoais e particulares e da família do Sr. Secretário de Justiça.

Era o desmembramento do município de Mariluz que, segundo a nova organização judiciária, deveria passar à comarca de Cruzeiro do Oeste. Quanto às desvantagens desse desmembramento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já abordamos naquela oportunidade. Mas, reservamo-nos, entretanto, naquele dia, desta tribuna, o direito de trazer as provas a que aludíamos. E o fazer as provas a que aludíamos. E o fazemos agora, Sr. Presidente, numa demonstração inequívoca de que estamos certos, e que o

desmembramento político não pode permanecer.

Hoje, encaminhamos à Mesa, ofícios do Lions Clube de Goioerê, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goioerê, da Associação dos Advogados de Goioerê, dos Vereadores de Mariluz e também do Sr. Prefeito de Mariluz, Joaquim Lopes Gutierrez, para os quais não interessa o desmembramento do município de Mariluz da comarca de Goioerê.

E todos esses ofícios bem demonstram que aquela afirmativa que fazíamos, em dias anteriores, de que esse desmembramento era político, pessoal e desumano, e que contraria os interesses públicos. E para que se evite males piores, tivemos o capricho de buscar os elementos para encaminhar à Mesa, a fim de que a Comissão Executiva encaminhe ao poder competente, ou seja, ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, para que se evite o mal que se quer cometer ao nosso município.

Outro requerimento, que fazemos, Sr. Presidente, e que encaminharemos à Mesa, está vasado nos seguintes termos (Lê):
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, que se oficie ao Sr. Representante no Paraná do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, solicitando de Sua Senhoria, se houver por bem fazê-lo, que informe o seguinte:

- 1) qual o critério adotado para a cobrança dos preços constantes das notas e fotocópias anexas?
- 2) se os assinantes das mesmas, são funcionários credenciados nesse Instituto?

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975."

Fazemos, Sr. Presidente, esse requerimento com esta denúncia, porque recebemos de Janiópolis, do Sr. Aristeu Marcondes de Camargo, denúncias contra as cobranças exorbitantes feitas pelo Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas. Anexamos fotocópia e notas, para que V. Exa. Sr. Presidente, encaminhe ao Representante do Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas do Paraná, encaminhamos uma fotocópia do ano de 75, na medida de uma balança, na qual consta 96 cruzeiros e 10 centavos quando no ano de 1974, a mesma balança, para ser auferida, pagou 15 cruzeiros e 10 centavos.

Nós encaminhamos notas e fotocópias da aferição e quarenta cruzeiros foi cobrado este ano, quando no ano passado foi cobrado a importância de 39 cruzeiros.

Achamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, verdadeiro assalto à bolsa do povo, do comerciante do nosso Estado e é neste sentido que estamos encaminhando a V. Exa. e pedindo a compreensão do plenário, porque o que está acontecendo é um roubo, um assalto que o Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas tem feito aos comerciantes do Paraná.

São estas as nossas palavras, Sr. Presidente.

— (Sem revisão do orador). —

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás, em nossa cidade, juntamente com S. Exa. o Sr. Deputado David Federmann, representamos esta augusta Casa de Leis, no aniversário da Princesa dos Campos. Sabíamos de antemão, que o mais alto mandatário deste Estado lá não estaria presente. como realmente não estava, porque Ponta Grossa, nossa cidade, sempre nestas comemorações, desde os últimos governos que aqui passaram, não teve a felicidade de receber, em seu aniversário, a visita do Governador do Estado.

Lembramo-nos perfeitamente bem de que desde o Governo de Paulo Cruz Pimentel, nenhum outro Sr. Governador deste Estado se dignou, a não ser em vésperas de ano eleitoreiro, a se fazer presente nas festividades de uma das principais cidades do Estado, que é Ponta Grossa.

Nós, como representantes daquele povo, sabíamos da não presença do Sr. Governador, porque neste ano não se aproxima eleição alguma. Só o ano que vem o Sr. Jayme Canet Junior estará presente em Ponta Grossa, no seu aniversário, fazendo com que novos convênios sejam assinados, para tentar grangear votos e simpatia aos pretensos governantes a que serão candidatos por Ponta Grossa.

Queríamos nesta oportunidade, apesar da escassez do tempo, arguir ao governo instituído, que os governos passam e os presentes governantes têm que responder pelos convênios assinados com os administradores passados. Lembramo-nos perfeitamente bem, no ano que passou, lá estava o Governador representado, assinando 5 ou 6 convênios com o município de Ponta Grossa. Passado um ano dessas assinaturas, somente no papel ficou caracterizada a presença do Governador para com Ponta Grossa.

Reclamamos ao atual Governador, solicitamos ao atual governador para que cumprisse a palavra do ex-Governador, e que respeitasse uma cidade que contribui para este Estado e esta Nação.

Mas, infelizmente, nossos reclamos não foram atendidos e também os reclamos do companheiro que representa a situação em Ponta Grossa, não foram atendidos.

Ontem, por não ter compostura política, não se fez presente, dando uma amostra a este Paraná, e principalmente à família pontagrossense que nossa cidade, situada por natureza e dádiva de Deus, a 100 km da Capital do Estado, não merece a satisfação de ver e ter presente nas festividades de seu aniversário, a figura do mais alto mandatário do Estado.

Soubemos posteriormente, que no próximo ano S. Exa. lá estará, prestigiando a nossa cidade, mas prestigiando seus candidatos ao Governo daquela cidade.

Acreditamos que algum compromisso . . .

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que está esgotado seu tempo que dispunha no Pequeno Expediente. Concedo um minuto para que possa concluir sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Acreditamos que algum interesse mais alto, algum interesse de maior projeção, não permitiu que comparecesse à nossa cidade.

Neste ano, em Ponta Grossa, haveria apenas o prestígio pessoal, o prestígio do Governo. Esperamos que no próximo ano o Sr. Governador estará presente lá em Ponta Grossa. Quisera ter eu a oportunidade de realizar, a cada ano, eleições na minha cidade, porque assim teríamos a presença do Sr. Governador anualmente na Princesa dos Campos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós próximos dias 24, 25 e 26, será realizado nesta cidade, o primeiro encontro paranaense de suinocultores que é uma promoção da Secretaria de Agricultura, da Federação de Agricultura do Estado, da Acarpa e de diversos órgãos agregados à Associação Paranaense de Criadores de Suínos. Eles irão promover amplo debate sobre tema de alta importância ao Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade este Deputado apresenta um requerimento para a constituição de uma comissão, integrada por 5 Srs. Deputados, para participar desse encontro de grande importância à economia paranaense, mormente agora em que a geada não estará permitindo nos próximos anos, à economia paranaense, a injeção provida do café.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo às mãos da Presidência o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos do regimento interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão de cinco (5) Deputados Estaduais para participarem e representarem a Assembléia Legislativa no 1º Encontro Paranaense de Suinocultura, a se realizar nos dias 24, 25 e 26 do corrente, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975”.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quinto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A liderança não podia ficar passiva diante das palavras proferidas aqui, pelo eminente Deputado Luiz Carlos Zuk.

Ocorre que, alguns Srs. Deputados, afeitos à crítica fácil, vêm à tribuna para, em oportunidades diferentes, usando de argumentação fácil, procurar prejudicar atitudes do Sr. Governador do Estado nas eleições do ano que vem, que por certo haverá de se ferir no próximo ano; quando o Governador do Estado comparece a festas promovidas por municipalidades do interior, é objeto de crítica, desta tribuna, por eminentes Deputados do MDB, que cobram de Sua Excelência o fato de participar de acontecimentos históricos e de festejos, despreocupando-se, segundo eles, com a administração e o desenvolvimento das obras.

Ontem, quando o Sr. Governador do Estado cumpria uma tarefa administrativa porquanto visitava as obras da Estrada-de-Ferro Central do Paraná acompanhando o Secretário dos Negócios dos Transportes deste Estado, quando verificava “in loco” o andamento das obras solicitando providências que urgenciassem o término daquelas obras para que fossem entregues a uso, para facilitar o escoamento da riqueza do Paraná e, portanto, não podia como desejaria, participar das festividades comemorativas a mais um aniversário da progressista cidade de Ponta Grossa, é o Sr. Governador do Estado objeto de ataques, desta tribuna, por eminente Deputado do MDB.

Nós perguntamos à Oposição:

— O que pretende a Oposição, o que deseja e o que quer? Quer um Governador que trabalha, que fiscaliza, que viaja, que exige trabalho e serviço, verificando “in loco”, ou, deseja um Governador festeiro?

Nós lamentamos que o Sr. Governador não tenha podido comparecer aos festejos comemorativos ao aniversário de Ponta Grossa. Era do seu desejo, lá estar mas, compromisso maior, porque administração é compromisso maior, fiscalização de obras públicas é compromisso maior, cobrar dos seus assessores maior soma de trabalho em favor do desenvolvimento do Estado, é preocupação maior, portanto, não poderia lá comparecer.

Não poderíamos ouvir com passividade, críticas improcedentes, inoportunas e até absurdas; usamos a tribuna neste instante, para salientarmos aqui, e informamos que Sua Excelência estava, ontem, enquanto Ponta Grossa festejava com justo orgulho mais um aniversário de emancipação, visitando obras que pretende, na sua administração, entregar ao uso público, para o desenvolvimento mais acelerado deste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Cioni Netto, sexto orador inscrito.

O SR. JOÃO CIONI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Faço uso desta tribuna hoje a fim de colaborar com o Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Jayme Canet Junior, porque chegou até nós certas informações que, tenho certeza, não é do conhecimento de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Falo isto porque também fui Governo de um município deste Estado e naquela Prefeitura existiam 600 homens a trabalhar a favor daquele município, pelo menos a intenção nossa era a favor

daquele município, pelo menos a intenção nossa era que todos trabalhassem a favor da municipalidade. Mas sempre entre eles alguém ou alguns que procuravam desvirtuar, procuravam atrapalhar o serviço municipal. E, pode que essas informações que chegam até nós, que junto à equipe de trabalho do Estado do Paraná, tenham alguém ou alguns procurando atrapalhar o trabalho de S. Exa. o Governador do Estado, mas que isso chegue às claras, para que chegue verdadeiramente informações positivas. Neste momento, passamos a ler um requerimento em que pedimos a atenção do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados. Se acharem por bem aprovar o mesmo e aí obteremos as informações precisas e saberemos como está ou estão andando as coisas em alguns Departamentos. (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, após ouvido o plenário, requer a V. Exa. se digne encaminhar ao Exmo. Senhor Diretor do Departamento Estadual de Compras o seguinte pedido de informações:

- 1) — Qual a última licitação feita por esse Departamento, anteriormente à Tomada de Preços nº 117/75, para a compra de carne e seus derivados?
- 2) — Qual a firma ou firmas vencedoras?
- 3) — Quais os preços por elas apresentados?
- 4) — Quais os critérios adotados pela Divisão de Compras desse Departamento no julgamento das propostas?
- 5) — Qual o seu prazo de validade?
- 6) — Durante o período de sua vigência houve reajustes?
- 7) — Quais as firmas inscritas na licitação feita por esse Departamento através do Edital 117/75 de 04/08/1975?
- 8) — Quais os preços apresentados pelas firmas participantes da referida Tomada de Preços?
- 9) — Por ocasião da abertura das propostas houve firmas desclassificadas pela Comissão Julgadora?
- 10) — Da citada concorrência participaram somente estabelecimentos industriais ou também firmas distribuidoras?
- 11) — Finalizando, solicitaria ao Departamento Estadual de Compras cópia do relatório apresentado pela Comissão Julgadora referente à Tomada de Preços nº 117/75.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975”.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente.

A Mesa anuncia aos Senhores Deputados e pede a presença de todos na reunião que se realizará no auditório térreo deste prédio, logo após o término da sessão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, primeiro orador inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que vou trazer à Casa no dia de hoje, talvez para alguns possa até parecer inoportuno, mas é a homenagem que desejo fazer — e muito merecedora, diga-se de passagem, que faço do fundo de minha alma e com todas as forças de meu coração — a milhões de homens em todo o mundo, que anonimamente, trabalham para uma das causas mais humanas de que se tem notícia. A minha homenagem na tarde de hoje é a uma entidade denominada “Alcoólicos Anônimos”.

(Lendo): “Todos os Senhores provavelmente ouviram falar ou leram a respeito de Alcoólicos Anônimos, desde seu início em 1935. Alguns estão relativamente familiarizados com o programa de recuperação do alcoolismo, que já ajudou mais de 800.000 pessoas, para as quais a bebida se havia tornado um problema. Outros têm somente uma vaga impressão de que o A.A. é algum tipo de organização que, de alguma forma, consegue ajudar os bêbados e parar de beber”.

“Os milhares de homens e mulheres que entraram para o A.A. nos últimos anos não são altruístas “bonzinhos”. Seu entusiasmo e disposição para ajudar outros alcoólatras poderia denominar-se interesse próprio esclarecido. Os membros do A.A.

admitem que sua própria sobriedade depende principalmente do contato contínuo com alcoólatras”.

“Alcoólicos Anônimos nasceu em Akron, Ohio, EUA, em 1935, quando um homem de negócios de Nova Iorque, sóbrio pela primeira vez em anos, procurou um outro alcoólatra, e foi conduzido a um médico da localidade. Durante seus poucos meses de recém-encontrada sobriedade, o homem de Nova Iorque, havia constatado que seu desejo de beber diminuía quando tentava ajudar outros “Bêbados” a alcançar a sobriedade. Trabalhando juntos, o homem de negócios e o médico descobriram que sua capacidade de permanecer sóbrios parecia estar bastante ligada ao grau de ajuda e encorajamento que conseguiam dar a outros alcoólatras.

Durante quatro anos, o novo movimento, sem nome e sem nenhuma organização ou material informativo, cresceu lentamente. Formaram-se grupos em Akron, Nova Iorque, Cleveland, e alguns outros centros.

Em 1939, com a publicação do livro Alcoólicos Anônimos, do qual a Irmandade tirou seu nome, e em resultado da ajuda de vários amigos não-alcoólicos, o A.A. começou a atrair a atenção nacional e internacional.

Abriu-se, então, um escritório de serviços em Nova Iorque, para atender às milhares de consultas e pedidos de literatura que são recebidos a cada ano”.

Sr. Presidente, o que me levou a prestar esta homenagem a estes homens, porque, há poucos dias atrás, aqui mesmo no Paraná, tive oportunidade — e acredito que muitos dos Srs. também tiveram — de receber um convite para comparecer a uma dessas reuniões do A.A.

E, naquela oportunidade, sentado num auditório superlotado, lá no meio do povo, tive oportunidade de ver inúmeras pessoas fazerem seu depoimento; contarem sua vida, falarem alguma coisa que me colocava tão pequeno diante desses homens, que cheguei a pensar “que bom seria que eu fosse um alcoólatra, para ter a felicidade de ter a grandeza de alma que têm esses alcoólatras”. E fiquei pensando, naquela oportunidade, de trazer a esta Casa uma homenagem a esses homens.

Mas, pensando comigo: que palavras teria, o que falaria a esses homens, quando, nessa mesma reunião, um jornalista que diariamente escreve na “Gazeta do Povo” ao qual aproveito para render minhas homenagens, José Wanderlei Dias, estava presente e prestou no jornal para o qual colabora, a sua homenagem aos A.A.

E, nesta oportunidade, fazendo nossas as palavras do jornalista Wanderlei Dias, passo a ler a sua crônica:

“No seu convívio, melhor faria se ficasse calado, ouvindo... ouvindo para aprender, para me edificar, para ter novos motivos de crer e confiar. Não me canso de admirá-los, de respeitá-los: minha estima cresce à medida que os vou conhecendo melhor.

Os A.A. têm um relevantíssimo papel social...

Não somente, é claro, na recuperação dos que estiveram à beira da loucura, da morte, da desgraça, da autodestruição pelo vício implacável...

É evidente que é aí que se nota, que se evidencia com maior nitidez a relevância de sua presença benfazeja no meio da comunidade.

Seu papel, porém, vai além, muito além mesmo.

Os A.A. são uma prova eloquente da nobreza da espécie humana, da grandeza de seu espírito...

O homem, eles não-lo demonstram, é de essência tão digna, tão alta, tão admirável que resiste a tudo, até mesmo a anos seguidos de contínua desagregação, atravessando um flagelo que, à primeira vista, seria considerado insuperável.

Não sei se seria psicológico relembrar a noite escura quando é dia claro... Faço-o apenas para relembrar que é possível vencer, mesmo quando tudo indica desastre, fim, derrota. Os A.A. são atestados vivos, permanente, irrefutável da permanên-

cia da liberdade dentro do homem.

Por fora, tudo pode indicar que nada mais há a fazer... que se chegou ao beco sem saída, à pergunta sem resposta, AO FIM DOS FINS.

Mas, quando o homem ainda se lembra de que é homem, de que é criatura, ainda lhe sobra a capacidade de reerguimento, de reconstrução...

E aí é que se põe de fato em prova a fibra, o calor, a dignidade permanente, resistente apesar de tudo...

Não se acena com o impossível... não se promete o milagre imediato e utópico...

O “só por hoje”, realmente admirável e grandiloquente, tem a síntese filosófica da autoconfiança e ao mesmo tempo do conhecimento das limitações...

Só por hoje...”

Só por hoje eu voltarei a crer em mim... e em Deus que me auxiliará... só por hoje eu me recusarei a ser trapo... só por hoje eu não chorarei nem farei chorar de vergonha... só por hoje eu terei forças e reconhecerei que sou fraco... só por hoje eu pensarei maduramente... só por hoje eu me reencontrarei comigo mesmo...

Em reencontro dorido, penoso, mas leal, sincero, corajoso... E, de só por hoje em só por hoje, o só por hoje se transmuta em sempre e para sempre, mas repetindo um “só por hoje” modesto mas prudente, profundo mas advertência leal, que mantém os A.A. sem esmorecer na luta que não pára nunca e que continua só por hoje, só... para sempre.

Mas os A.A. não entendem que a causa é individual... não se entregam ao egoísmo nem dormem sobre as conquistas pessoais.

Seu valor vai acima...

Sabem, com razão dobrada e sobrada, que sua experiência, sua autoridade moral de vitoriosos é o grande trunfo do prosseguimento da jornada... Por isto é que suas mãos, sua alma, seu corpo, sua vontade são postos a serviço dos outros... daqueles que também precisam ser recuperados, daqueles que devem e merecem ser salvos...

Não há recursos ao fantástico, ao mirabolante...

O valor pessoal... o valor da união... o valor da compreensão é do mútuo auxílio...

A extrema dignidade da perseverança vigilante e temerosa, mas já sem medo e sem pavor...

A confiança sensata... A valia da fé... Sempre há um Deus à espera... o que cumpre é procurá-lo, é partir para ele do fundo do abismo de ontem...

E os A.A. vão fazendo isto pelo mundo... agora abrindo novos campos... pensando nos neuróticos, nos toxicômanos, em todos aqueles que se tornaram prisioneiros e vítimas, e que cumpre ter de novo a vida desenvolvida, a esperança reentregue...

Não são milagheiros... não são mágicos... São sofridos seres humanos que sentem a benção que é não desanimar, não duvidar, não desesperar... Milhões de famílias, em toda a Terra, são gratas pela sua existência... O que fazem pela recuperação direta e pela prevenção indireta não pode ser quantificado, não pode ser medido em termos materiais... Quanto vale um homem inteiro? E quantos milhões de homens são reconstruídos pelos A.A. e pela sua luta notável? São gente... gente da mais alta envergadura... Fizeram o curso do sofrimento e a pós-graduação na esperança... Venceram, vencendo-se...

E dividem sua vitória para que muitos milhares e milhões não sejam derrotados... Hoje festejam... E somos nós quem deverá festejar... nós que os admiramos, que os respeitamos, que neles vemos a prova final de que o homem não conhece final... É o que desejaríamos dizer-lhes, hoje, só por hoje... só... para sempre”.

Mas uma vez repito, fui motivado por aquela reunião que tive a honra e a felicidade de assistir, onde vi muitos homens, milhares, dando uma amostra de que quando se deseja alguma

coisa, se consegue, quando se tem fé em Deus, se adquire e quando se tem vontade de construir se constrói.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, segundo orador inscrito. Não se encontrando presente o Sr. Deputado Basílio Zanusso, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem no Pequeno Expediente, anunciei à Casa que traria, além de queixas e reclamações formuladas contra o Chefe do Destacamento da Polícia local de meu município e o Delegado de Polícia daquela localidade. Traria também um requerimento dirigido ao Sr. Secretário dos Negócios de Segurança Pública do Estado, pedindo a competente abertura de inquérito naquela localidade e na Delegacia de Polícia para verificar as denúncias que, em síntese, nesta oportunidade, iremos fazer.

(Lendo): “Fatos por mim já denunciados desta Tribuna, com preferência a existência de um clube clandestino, na vila denominada “VILA RIBEIRO”, de minha cidade, me levando a contrair a minha própria vontade, terei que nesta oportunidade REQUERER À SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA, uma COMISSÃO DE INQUÉRITO, a fim de apurar os fatos constantes de minha denúncia, que entre outros fatos, vem acontecendo o seguinte:

Ao assumir a chefia do destacamento policial daquela localidade o sub-tenente, que lá se encontra, iniciou-se uma temporada de existência de um clube clandestino, tendo funcionado até o presente em diversos locais na cidade; devido se tratar de ponto alto, de reunião de prostitutas, marginais e toda espécie de pessoas das piores estirpes, o referido clube, teve por força de queixas e reclamações constantes, dos que tinham que tê-lo como vizinho, que mudar a sua locação por diversas vezes; e agora por alguns meses, se encontra firmado em propriedade da SENHORA LUIZA BRUN, que protegida pela economia que o malsinado tipo de atividade lhe oferece, e ainda com a proteção e o beneplácito do denunciado, já o referido “CLUBE CLANDESTINO E IMORAL” se encontra em funcionamento por alguns meses, bem no centro da Vila Ribeiro, vila aquela, que residem centenas de famílias, e todas elas, ordeiras, trabalhadoras e dedicadas à honra e ao respeito social.

Aquele povo humilde, sentindo-se prejudicado com a instalação da mais completa bagunça, à frente de suas casas, diante aos olhos de seus familiares, recolherem como primeira instância ao Delegado de Polícia, porém a reclamação não foi analisada e nenhuma providência foi tomada pelo Delegado; recorreram posteriormente, “segundo eles” ao Prefeito Municipal, que, como Homem de Partido do Governo, acima de tudo, responsável pela presença do atual Delegado, de quem também, não mereceram nenhuma atenção para a resolução do fato. Recorreram posteriormente à Justiça Judiciária através da promotoria, que pediu a imediata abertura de inquéritos; aí foi pior; porque, segundo os queixosos, o inquérito tem se desenrolado de uma forma serceadora do direito dos declarantes, que, na sua totalidade, são pessoas humildes, e chegam às vezes ver mutado o objetivo das suas declarações: Dona Luiza Brum, desquitada, professora do nível primário, ameaça os moradores reclamantes, que, se eles continuarem a insistir na vontade de fechamento do Clube de Bagunças ali instalado em sua propriedade, que, ela mandará prender, e outras coisas mais, sempre afirmando ela, ao dirigir as suas ameaças, que, possui posses, e que através dos recursos que dispõe, mantém para o seu trabalho de defesa junto às autoridades, 3 advogados.

Sentindo os reclamantes, que não havia mais recursos a optar, procuraram-me, para insistir junto ao Delegado de polícia, pelo imediato impedimento da realização daquelas funções macabras, de fins-de-semana. Fiz juntar o abaixo-assinado dos suplicantes a um expediente que dirigi ao Delegado de Polícia;

duas semanas, portanto, nos dois sábados posteriores não houve bailes no local. Acontece porém que, no sábado passado voltou-se a reunir-se os habituais daquela Sociedade irregular, terminando com esfaqueamento de uma das frequentadoras do local, e até às doze horas do domingo, a polícia não encontrara o criminoso.

Mesmo diante, a todas as ameaças e até a coações, os suplicantes não desistem em lutar para conseguir de volta o sossego e a tranquilidade para si e para suas famílias. Há meses passados dirigiram abaixo-assinado ao Delegado de Polícia, contendo 92 assinaturas nos seguintes termos:

“Senhor Delegado, nós abaixo assinados, todos residentes e com propriedades na Vila Ribeiro nesta cidade, vimos até esta autoridade competente, a fim de solicitar o embargo da licença para a realização dos bailes, que com frequência se realizam na propriedade de D. Luiza Brum, sob sua vontade e com total apoio do Chefe do Destacamento Policial local, baseando a nossa queixa nas seguintes objeções:

1 — Porque, causa a perturbação da ordem, do sossego e da tranquilidade pública daquela Vila, ferindo frontalmente dispositivos legais;

2 — Os bailes que denunciemos, conforme provas contundentes que já oferecemos a essa autoridade, realizam-se num nível de IMORALIDADE, PALAVRÓRIOS DE BAIXO CALÃO, ESPETÁCULOS DE ARMAS DE FOGO, PERVERSÃO DA ORDEM E TRANQUILIDADE SOCIAL dos que residem na Vila Ribeiro.

(Seguem-se as assinaturas)”.

O abaixo-assinado, recebido pelo Delegado de Polícia, portando 97 assinaturas de proprietários e chefes de famílias que se vêem prejudicados moralmente com o “inferninho” montado e mantido naquela localidade, não sensibilizou aquela autoridade, as funções “macabras” continuaram a se repetir; após a nossa comunicação com o Sr. Delegado de Polícia, cessou a atividade por duas semanas, Entretanto, no domingo passado por volta das 9 horas quando me encontrava em Santo Antonio da Platina, apareciam em minha casa alguns cidadãos com aspecto de estado revolta, que traziam ao meu conhecimento que, na noite anterior voltou a funcionar o Clube agora com mais intensidade, com mais cenas de horrores e de desrespeito aos moradores da localidade, e entregaram-me em seguida um novo abaixo-assinado agora a mim dirigido, nos seguintes termos:

“Excelentíssimo Sr. Benedito Lúcio Machado.

D.D. Deputado Estadual do Estado do Paraná.

Os abaixo-assinados, residentes e domiciliados no lugar denominado Vila Ribeiro, desta cidade de Santo Antonio da Platina, tendo em vista haverem recorrido aos bons ofícios de V. Exa., no sentido de obterem a proibição da realização de bailes, num clube improvisado naquela localidade, bailes esses que vinham se realizando constantemente num aspecto da mais baixa moralidade, devido as providências tomadas por VOSSA EXCELÊNCIA, não realizou os mesmos nos últimos dois sábados que antecederam o dia 13, acontece, que, durante o período, sofremos ameaças por parte da proprietária DONA LUIZA BRUM e até da Polícia acabando para no dia de ontem, reunirem ali, a polícia, prostitutas dos lupanares existentes no município, e muitas outras vindas de outras localidades, se promovendo o mesmo festim de desrespeito à honra e à dignidade das famílias que ali residem, ocorrendo a altas horas da madrugada, esfaqueamento e outra série de crimes, conforme vem ocorrendo em todas as funções daquele fausto clube da Polícia desta cidade.

Visto a tudo isto, pedimos a VOSSA EXCELÊNCIA, reiterar junto ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, a competente abertura de Inquérito sobre o fato, transferindo consequentemente desta localidade, o Delegado de Polícia “Tenente da P.M.” e o Chefe do Destacamento Policial, “Sub-Tenente,” ambos verdadeiros responsáveis pelos acontecimentos, sendo o último, um dos promotores da econo-

mia, "lucros" que rendem as noites criminosas daquele Clube. Santo Antonio da Platina, 14 de setembro de 1975".

— (Segue as assinaturas).

Aí está, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o relato em síntese do que está acontecendo com o desmando da Polícia, os verdadeiros responsáveis pela paz social e a ordem pública em Santo Antonio da Platina, nem mesmo a queixa de uma multidão de pessoas ordeiras, trabalhando, e chefes de famílias dignos, conseguiu sensibilizar essas autoridades para o verdadeiro cumprimento de suas obrigações funcionais; aí está mais uma vez caracterizado, os fatos de nossas constantes denúncias, sobre os casos de servidores públicos do Estado, serem mal pagos, receberem vencimentos miseráveis, receberem salário de fome. Essa miséria, a que submete o Estado os homens que a ele prestam serviços, levam os mesmos a cometerem abusos em busca de uma economia paralela, prejudicando como no caso multidões inteiras, e o pior, que a cada dia que passa, o povo descrê cada vez mais nas nossas autoridades.

No caso da presente denúncia, se verifica estar no negócio escuso, em função ativa; dois altos funcionários do Estado; o Primeiro, a Professora Dona Luiza Brum, professora, funcionária a mais de trinta anos, e que se apegou a um tipo de negócio que acima de tudo, desonra a sua posição de funcionária do Magistério de Ensino deste Estado — o segundo, o Sub-Tenente, comandante do Destacamento Policial local, responsável principalmente pela ordem pública da comunidade, participando ativamente e criminosamente, na proliferação da desordem, caracterizando assim a necessidade econômica que seus vencimentos lhes impõe. É preciso que se acordem as autoridades responsáveis para a filosofia do direito de subsistir. Não se pode pensar em querer, ter servos dignos, honrados, justos e cumpridores de seus deveres, se não der a eles, condições econômicas que faça resguardar a sua dignidade no cumprimento do dever. Vamos requerer ao Senhor Secretário de Segurança Pública, o que pedem os suplicantes, a verificação das denúncias a nós dirigidas, e esperamos que aquela autoridade, responsável pela segurança pública, deste Estado, tome as providências cabíveis, não como de Inácio Martins, cujo inquérito por nós solicitados não foi efetuado, embora os ânimos do Delegado daquela localidade tenham sido arrefecidos, o nosso requerimento ao Senhor Secretário não foi executado na forma solicitada.

Isto posto, apresentamos e submetemos à apreciação do Douto Plenário desta Casa de Leis, o seguinte requerimento. (lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos Direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista fatos das denúncias constantes do pronunciamento efetuado nesta oportunidade, na Tribuna desta Assembléia Legislativa do Estado, requer, após ouvido o plenário, se determine ao Excelentíssimo Senhor SECRETÁRIO DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA, o seguinte:

- a) — Imediata abertura de Inquérito para a apuração dos fatos denunciados pelos suplicantes, constante dos documentos anexos.
- b) — Punição dos infratores e responsáveis pela Ordem Pública daquela comunidade, por não ter dado provimento às queixas e reclamações a eles dirigidas em tempo oportuno.
- c) — Imediato fechamento do Clube objeto das denúncias formuladas, por ser o mesmo ilegal, desonroso e sem nenhum amparo social estatutário.
- d) — Que se forneça a este Deputado, cópia fiel das peças do Inquérito até as suas últimas providências.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975".

Sr. Presidente, a Oposição presta relevantes serviços, como poder fiscalizador, nas atividades do Governo.

Haja visto que somos deputados pela região Norte Pionei-

ra do Paraná. Somos de Santo Antonio da Platina. A nomeação do atual Delegado de Polícia, Tenente da Polícia Militar, foi fruto da indicação do comando político, que é dado a deputados do Partido do Governo. Parece até que na oportunidade, queremos o que o governo nos dá e não um castigo, determinou que para lá fosse um Delegado de Polícia e um Comandante de destacamento policial incitado a promover desordens e badernas em nossa cidade.

Criaram este clube, logo no começo, que teve a denominação de Andorinhas e que é fonte de atração de prostitutas de lupanares de toda a região. Este clube funcionou em diversos lugares da cidade, sendo mudado ultimamente, por pressão do próprio povo. Foi mudado para esta vila de população trabalhadora, humilde e honrada, onde existem mais de 150 famílias. Colocaram este clube no centro da vila, tirando o sossego, ferindo o respeito e a dignidade daquele povo ordeiro.

Foi o famigerado mando político, que mandou levar para aquela cidade pacata e honrada, justamente aqueles que poderão inclusive, cometer subversão à própria ordem pública.

Sr. Presidente, ao encaminhar o meu requerimento quero pedir às duas bancadas . . .

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem).—

Sr. Presidente, solicito que V. Exa. pela ordem, peça ao Deputado que se encontra na tribuna que modere suas palavras e não ataque os Deputados da Situação que detêm o mando político daquela gente honrada de Santo Antonio da Platina. Por gentileza, dentro daquele estilo paranóico que lhe é peculiar, que S. Exa. não ataque seus colegas, e se limite apenas a fazer suas denúncias.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede aos dois parlamentares que mantenham o decoro parlamentar, contêm suas palavras.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Simplemente, encaminho uma denúncia. E não poderia fundamentar minha denúncia, que é a denúncia do meu povo, do povo de Santo Antonio da Platina, sem justificar o fato que promoveu a ocorrência.

Passarei à mesa requerimento que acabei de ler para conhecimento do plenário. E tenho certeza que meu requerimento terá a aceitação e o apoio da maioria da bancada do Governo, porque entendemos que os homens da Oposição, ao fazerem denúncias dessa natureza, estão colaborando com o Sr. Governador do Estado, fazendo com que S. Exa. veja que, muitas vezes, delegou o mando político a pessoas que não estão preparadas para sentir quem deve, ou não, exercer os cargos de autoridade. E isso, principalmente, em minha cidade, não irei permitir enquanto, fôr Deputado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, quarto orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Instituída no Brasil a Campanha Contra a Febre Aftosa, vários estados aderiram a essa medida governamental. E o Paraná, a partir de julho de 69, também se incorporou no grande esforço para erradicar essa doença dos nossos rebanhos.

A Lei nº 5972, de 25 de julho de 69, quando era governador do Estado Paulo Pimentel, introduziu o Paraná nessa campanha.

Essa lei copia, na íntegra, a Lei do Estado de São Paulo. E aqui no Paraná, através da prática e dos anos, a campanha de combate à febre aftosa tem se desenvolvido a contento.

Realmente, essa campanha tem surtido efeito nos nossos rebanhos. Podemos afirmar até que a doença se encontra praticamente controlada.

Mas, para se ter uma idéia do que significa uma campanha de erradicação em todo o Brasil, quando apenas oito estados aderiram a essa campanha, basta citar, como exemplo, nos Estados

Unidos da América levou 25 anos, não para erradicar, apenas para controlar a doença. E lá, o governo passou a indenizar os animais que eram abatidos e incinerados.

Aqui no Brasil, o governo não tem condições de fazer isso. Em consequência, levaremos um tempo muito maior para se chegar ao total controle e erradicação dessa doença, bem superior a 25 anos, porque apenas 8 estados estão nesta campanha de combate à febre aftosa, que o Brasil se comprometeu, inclusive internacionalmente a assumir. Hoje, se exporta carne e nenhum país do mundo aceita, se não tiver atestado de imunização, de vacina, se essa carne não estiver sob controle.

A Lei no Paraná, como disse, foi introduzida, apenas a lei, e só para a Secretaria da Agricultura, então, vemos, hoje algumas distorções na prática, na campanha da febre aftosa.

Sabemos que nosso homem do interior é arredo ao avanço cultural e se torna imune a qualquer campanha de conscientização. Estou apresentado um projeto de lei que visa alterar ou emendar essa lei, no sentido de que outros órgãos governamentais tenham autorização legislativa, tenham autorização legal, para participar dessa campanha.

Caso específico da Secretaria de Educação que deve introduzir nos currículos temas e motivação para conscientização de nossas crianças, principalmente as crianças do interior, dos filhos de nossos agricultores, de nossos criadores, nossos fazendeiros, para que eles entendam desde cedo que a vacina não é uma obrigação imposta por lei, mas é uma necessidade, a fim de se combater essa doença.

Bem sabemos na prática que nossa homem do interior, nosso caboclo, ele mesmo se mete a vacinas por si mesmo. Que dificuldades, então, surgirão quando se trata de vacinar o boi, o gado.

Minha sugestão, através de projeto de lei, visa ampliar a competência dessa lei, para que seja autorizada a Secretaria de Educação, a Secretaria da Fazenda e, enfim, todos os órgãos do Governo Estadual, e não apenas a Secretaria da Agricultura, a aplicar e colaborar na aplicação da lei.

Para citar um exemplo aos senhores, a fiscalização do trânsito de animais; só podem transmitir animais no território paranaense, se esse gado for acompanhado do atestado de vacina. Ora, a campanha de febre aftosa não tem condições de contratar pessoal para, em cada posto de fiscalização, manter um fiscal. O pessoal da Secretaria de Agricultura é muito reduzido no Paraná. Então, os próprios médicos veterinários que participam de campanha, no encontro que tivemos no Sudoeste, me sugeriram que essa fiscalização poderia ser feita pelos próprios fiscais da Fazenda, no momento em que vão fiscalizar a guia do ICM. Esses fiscais, com autorização legal, poderiam efetuar a fiscalização de trânsito dos animais, exigindo o atestado de vacina.

A lei, no seu artigo 2º está redigida assim: "Caberá aos órgãos especializados da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, dar apoio e execução e fiscalização ao combate da febre aftosa."

Portanto, apenas os órgãos da Secretaria da Agricultura, e para que os fiscais da fazenda executem essa tarefa, é necessário que exista uma autorização legal.

O nosso projeto de lei é no sentido de estender essa campanha a todos os órgãos governamentais. Isto seria feito, simplesmente, mudando-se a redação deste artigo 2º da lei, que passaria, a vigorar da seguinte forma:

"Caberá à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura a execução e a fiscalização do combate à febre aftosa, cabendo aos demais órgãos estaduais prestarem apoio solidários."

Com esta autorização legal, poderia, por exemplo a própria Secretaria da Fazenda fazer uma campanha de conscientização muito grande, autorizando que nas notas fiscais fosse inserida uma simples frase de motivação como: "Ajude a combater a febre aftosa". Esta campanha é no sentido de conscientizar as

novas gerações da necessidade de combater a febre aftosa. É necessário que se ressalte que a economia brasileira está assentada nos nossos rebanhos. O rebanho bovino brasileiro é o quarto em escala mundial. Não podemos pensar na melhoria de nosso rebanho sem termos a necessidade premente de combater a febre aftosa.

Então, a minha sugestão, através deste projeto de lei, é no sentido de que dêem divulgação a todos os órgãos do governo, para que os mesmos colaborem com esta campanha no Paraná.

Falo em nome da Oposição. Na última campanha política, inclusive, se criticou a maneira como essa campanha vinha sendo conduzida pelo rigor, às vezes, de se multar o criador que se negava a vacinar, o criador que sonegava a lei.

Mas, a grande verdade é que existe uma dificuldade tremenda de conscientizar o nosso homem. Não adianta burlar a lei porque o grande prejudicado vai ser a comunidade, a Sociedade, o Estado, a Nação.

Então, temos que partir para uma campanha de longo alcance. Motivando e conscientizando as gerações futuras de que a febre aftosa deverá ser extirpada para sempre do Paraná e do Brasil.

Esta sugestão e o projeto de lei que encaminho à Mesa e à Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.—
(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Lembro aos próximos oradores que têm apenas doze minutos. Os Deputados inscritos poderão usar ou não da palavra. Se não desejarem usar da palavra ficarão inscritos para a sessão de amanhã.

Esta Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk se deseja usar da palavra nestes 12 minutos que restam para o encerramento do Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Escutamos com muita atenção a fala de S. Exa. o ilustre Deputado da Arena, Ivo Thomazoni.

Sentimos quando, já exercíamos o cargo de Vereador no município de Ponta Grossa, ali também, com a nossa representação, se fazia assento àquela Casa de Leis, um colega nosso que hoje aqui é representado também pelo Deputado Ivo Thomazoni, que, tinha a incumbência, aquele vereador, de falar e defender, de tentar contemporizar a administração pública do município, quando ela era apontada pelos seus erros e desleixos administrativos.

Hoje, nesta Casa, vemos aquele papel transferido ao ilustre Líder da Arena, que tenta de uma forma ou de outro, englobar aquele seu pensamento único, que é somente o de não aceitar as críticas construtivas, permanentes, e que não são fáceis, são muito difíceis. É difícil comparecer a esta tribuna e ter a coragem de falar contra este ou aquele ato do Governo instituído no Estado. E sabem porque, Srs. Deputados e os Senhores que estão presentes nas galerias?

- Aqui nós temos a coragem de falar, porque nós não temos rabo preso, somos decentes, somos políticos desta geração, não temos compromissos com passado algum, viemos a esta Casa, livremente, pelo voto consciente de Ponta Grossa. Não queremos, e ainda também o Paraná um "João festeiro" no Governo, mas queremos um homem responsável como foi Paulo Pimentel, um dos melhores administradores, que comparecia sempre, em nossa cidade. Não admitimos uma fácil defesa, demagógica até, feita por uma tarde negra por este ilustre Deputado Ivo Thomazoni, uma tarde negra, porque sempre admirei a compostura

leal e honesta que detinha este ilustre representante que é o nosso exemplo nesta Casa.

Eu nunca fiz crítica fácil. Não quero um "João festeiro" no Governo. Quero um homem que chegue aos pés daquele Governador que não foi do meu partido mas que foi Paulo Pimentel, que respeitava Ponta Grossa não com sua presença, mas com as obras que ali estão, obras de Paulo Pimentel, Indiquem-me os governadores, depois de Paulo Pimentel, se, o que fizeram à minha cidade? Nem a presença física...

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, não há razão para V. Exa. se sangrar em saúde e atribuir a mim, afirmações que eu não fiz.

Eu fui à tribuna, para rebater críticas que V. Exa. dirigiu, à pessoa física do Governador Jayme Canet Júnior. Mas V. Exa. já ganhou o dia, V. Exa. será manchete hoje no Canal 4 e amanhã no O ESTADO DO PARANÁ. Muito obrigado aos elogios que fez ao ex-Governador Paulo Pimentel, nosso companheiro da ARENA, membro do Diretório Regional, futuro membro do Diretório Nacional da ARENA; muito obrigado ao reconhecimento ao Estado do Paraná, que teve o meu apoio, o meu sacrifício e o meu voto na eleição dele.

Mas - eu repito - eu não sei o que V. Exa. quer...

O Governador, ontem, inspecionava as obras, a importante obra da Estrada-de-Ferro Central do Paraná, que pretende seja entregue ao tráfego proximamente; inspecionava-a pessoalmente acompanhado pelos responsáveis pela Secretaria dos Transportes; fazia uma viagem de inspeção e pretendia, como pretende o Sr. Governador, agilizar a sua administração e que esta obra entregue finalmente ao trânsito, possa contribuir para o desenvolvimento do Estado. E V. Exa., antecipada, prejudicada a figura do Governador do Estado no episódio das eleições e no que vem fazendo, vem dizer que o Governador vai a Ponta Grossa fazer política?

Este Governador já esteve em Ponta Grossa, em solenidade lá na Prefeitura Municipal. V. Exa. sangrou em saúde para atacá-lo, porque o Governador deixou de saudá-lo, de saudar a figura de V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Deixou de nominar.

O SR. IVO THOMAZONI — Deixou de nominar V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Deixou de nominar e respeitar a presença não deste Deputado, a representação que possui, que não é minha, é do povo.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa., desta tribuna, registrou a presença de Jayme Canet Júnior em Ponta Grossa, ponto do período eleitoral, e hoje V. Exa. vem para dizer que ele nunca foi lá. Então V. Exa. não sabe o que quer. Um dia diz uma coisa e outro dia V. Exa. se irrita porque ele não vai lá. Então, ninguém entende V. Exa. Continua falando, essa é atribuição de V. Exa., faça um pouco de demagogia, quem sabe se esta assistência que está lá vai aplaudir V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do ilustrado Líder do Governo. Se as presenças nossas nesta tribuna são demagogas para angariarmos principalmente aplausos, eu quero transferir à ilustrada presença nesta Casa, à subserviência e aconchegos seus lá em sua região. Eu não peço nada em minha região, não peço nomeação de amigos, não peço nomeação de parentes nem de correligionários, mas não tenho e não admito que alguém seja mais nem menos do que eu nesta Casa e este tom de demagogia que vem a nossa pessoa, pela nossa representação, pela atuação e votos que obtive na minha querida Ponta Grossa, no meu querido Estado do Paraná, eu acato e se a presença nossa é demagógica, se foi demagogia, foi feita com o intuito de trazer à tribuna a honestidade de parlamentar e não subserviência de parlamentar que é caracterizada na pessoa do ilustre Líder. Quero que esta Presidência me assegure a palavra, porque eu tenho decência parlamentar de respeitar os outros que estão

falando, se o nobre Líder não tem a decência que possui, quero que esta Presidência me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa... (é interrompido).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem).—

Sr. Presidente. Não sou subserviente a este e muito menos a S. Exa. que está na tribuna. Exijo respeito nesta Casa. Estou cansado de ouvir nesta tribuna que se impute a deputados da Arena condições de subserviência. Não vou mais admitir isto. Exijo respeito que dou.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Antes de aceitar ponderações de S. Exa. queria que a mesma reclamação fosse enviada ao ilustre parlamentar que tem mais anos nesta Casa e não tem a decência e compostura de chamar outros de demagogos. Partiu de quem tem telhado de vidro e eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, respondendo a questão de ordem do nobre Deputado Ivo Thomazoni, pede aos Srs. Deputados que coibam as suas palavras, para evitar ofensas pessoais que só servem para deslustrar a nossa sessão. Acredito que cada um de nós e cada Deputado possa dizer o que quer sem ofender os seus colegas de Partido ou de outras bancadas. Peço, portanto, aos Srs. Deputados que mantenham a serenidade, que é necessária dentro desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Eu agradeço e queria traduzir o que as notas taquígrafas aí estão registradas. Falei de uma pessoa e não da Arena. Tenho grandes, leais e honestos companheiros dentro da Arena e para exemplificar mais de perto, um colega meu que é o ilustre Deputado David Federmann. Tenho em todo o meu passado político, nos dois anos de mandato de vereador na minha cidade, a compostura política de respeito a todas as adversidades parlamentares e de tribuna, mas levo uma coisa a qualquer consequência, não atos demagógicos mas personalidade de homem.

Tenho um pai e uma mãe. Não tenho a felicidade de ser casado ainda, mas honro e respeito minha família, como respeito a família de cada um dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo e lhe concede um minuto para terminar.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Se alguém nesta Casa que possua maior vivência, que possa ter até maior consistência política, não tiver o respeito que sempre possui até o dia de hoje, quiser levar avante para ser resolvido de qualquer maneira para não fazermos vexame dentro desta Casa, estou à disposição.—
(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — A Mesa insiste para que os deputados que ocupam a tribuna mantenham o decoro parlamentar. Aliás, insisto e exijo porque não podemos estar sujeitos a alterações e atritos dentro desta Casa. Os deputados das duas bancadas devem se esforçar para que não se repitam casos como este porque, se se repetirem, um caso idêntico, em última instância suspenderei a sessão.

A Mesa comunica que recebeu a Proposta Orçamentária para 1976. Os Srs. Deputados receberão avulsos amanhã, contra recibo e a Comissão receberá emendas se forem apresentadas, durante dez dias.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.119/74, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terrenos 4 e 5, da quadra 38, da planta da cidade de Itapejara do Oeste. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., **COM EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, projeto e emendas.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 59/75, de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 93/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Futebol, Sociedade Civil com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 06/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.177/74, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, objetivando coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Projeto de Resolução nº 06/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, objetivando a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição nº 177/74

É submetida à apreciação da Casa, Mensagem do Poder Executivo, transformada na presente Proposição, que pretende a aprovação para o Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a coleta de dados estatísticos sobre casos de Neoplasmas Malignos.

O Sr. Governador cumpre, assim, determinação constitucional, eis que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Pela aprovação.

Sub-Censura

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução nº 06/75

O Chefe do Poder Executivo Estadual, submete à apreciação desta Casa de Leis, o presente convênio a ser efetivado

entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer e o Governo do Estado do Paraná, representado pela Secretaria dos Negócios da Saúde Pública.

A douta Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela aprovação do Convênio, por considerá-lo revestido das formalidades legais e de grande interesse público.

Observa-se por outro lado, que nenhum ônus acarretará aos cofres públicos do Estado, ficando ao encargo da União o custeio das despesas.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável à aprovação do presente Projeto de Resolução.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

Parecer ao Projeto de Resolução nº 06/75

1 — Pelo presente projeto é proposta a aprovação desta Casa ao convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde Pública, objetivando a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

2 — No âmbito das atribuições desta Comissão, nada existe a obstar a aprovação do projeto.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Presidente

a) DAVID FEDERMANN — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 37/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 162/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, órgão da Presidência da República, visando distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., C.S. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, celebrado em 26 de abril de 1974, visando a distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 162/74

Através da Mensagem nº 46/74, o Senhor Governador encaminha para esta Casa Legislativa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, órgão da Presidência da República, visando distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo.

No aspecto constitucional, legal e formal, nada que mereça reparos.

Nestas condições, opinamos pela APROVAÇÃO da Proposição, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37/75

PARECER

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da mensagem nº 46/74, encaminhou a esta Casa de Leis, cópia autêntica do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, pela Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME — órgão da Presidência da República, objetivando a distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo.

A douta Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o aspecto constitucional do convênio, opinou pela sua aprovação.

No âmbito desta Comissão, em decorrência do interesse público que implica o referido convênio, e, face à competência expressa do Poder Executivo em firmar estes ajustes, competência esta assegurada pela nossa Carta Magna, pedimos vênias, para emitir nosso parecer pela APROVAÇÃO da presente proposição.

Sala das Comissões, em 6 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37/75

O Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública, celebrou Convênio com a Central de Medicamentos — CEME, subordinado diretamente à Presidência da República, com o propósito de proceder à distribuição de medicamentos à população de baixo poder aquisitivo, e aos grupos de menos de 05 anos, gestantes e puérperas independentemente de faixa de renda.

Para cumprir dispositivo constitucional o Senhor Governador encaminhou cópia do referido convênio a esta Casa, para dela colher aprovação para o mesmo. As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já examinaram a matéria sob os aspectos de suas respectivas competências, declarando-se ambas, favoráveis a aprovação.

Assim sendo, no mérito do Projeto, que é o que me cabe examinar no âmbito desta Comissão, me pronuncio inteiramente favorável à sua aprovação, tendo em vista a grande relevância do acordo pelo alcance social de seus objetivos.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

aa) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 64/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Ação Comunitária Iratiense, com sede na cidade de Irati. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 64/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Comunitária Iratiense, com sede em Irati.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública puramente assistencial e seus objetivos são o de promover uma verdadeira integração comunitária através da coordenação, articulação e cooperação entre as entidades assistenciais do município de Irati.

Não tem fins lucrativos e sua diretoria não é remunerada e a duração de sua existência preenche os requisitos legais.

A sua utilidade pública já foi reconhecida por lei municipal, sendo portanto, justo que o poder público lhe outorgue esse reconhecimento também por lei estadual, a fim de que possa auferir dos benefícios legais decorrentes e melhor prosseguir em suas beneméritas atividades.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 64/75

PARECER

I — O Projeto de Lei em estudo, de autoria do nobre deputado Ivo Thomazoni, visa declarar de utilidade pública a AÇÃO COMUNITÁRIA IRATIENSE, com sede na cidade de Irati.

II — Conforme as documentações que acompanham o plano de lei, pudemos constatar que o mesmo se encontra em perfeita condição de receber nosso parecer.

III — Pelo exposto, e por não haver qualquer implicação de ordem legal ou constitucional, nos manifestamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 78/75. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando que se oficie ao Senhor Representante do Paraná, do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, no sentido de que informe qual o critério adotado para cobranças de preços. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR —, no sentido da instalação de um posto telefônico no distrito de Palmitópolis, município de Nova Aurora. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Diretor do Departamento Estadual de Compras, referente a compra de carne e seus derivados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada cópia autêntica do expediente anexo, aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e ao Secretário de Justiça. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao

Sr. Secretário do Estado dos Negócios da Segurança Pública, no sentido de abertura de inquérito para apurar fatos denunciados.
— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 06/75, 37/75 e do Projeto de Lei nº 64/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 44/75 e dos de Lei nºs 04/75, 98/75.

Fica designada ainda uma sessão extraordinária para amanhã, quarta-feira, dia 17, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 123/75.

Levanta-se a Sessão.